# PROJETO DE LEI Nº , DE 2021 (Do Sr. LEONARDO GADELHA)

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho e 1997, para assegurar ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de ser informado, em tempo real, sobre a taxa de transmissão de sua conexão à internet.

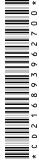
# O Congresso Nacional decreta:

			Ar	t. 1º (	O artigo	30	<sup>o</sup> da Lei	nº 9.472,	de
16	de	julho	de	1997,	passa	a	vigorar	acrescido	do
seg	uint	e incis	SO:						

"Art. 3º
XIII – de consultar, em tempo real, a taxa de transmissão contratada e a taxa de transmissão instantânea de sua conexão à internet.
" (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

servicos 0de acesso а telecomunicações, especialmente à banda larga móvel, já é um serviço essencial ao cidadão brasileiro. Em nosso país, muitas pessoas têm acesso à internet somente por meio de terminais pré-pagos, com franquias bastante reduzidas. No modelo de negócios adotado pelas prestadoras, geralmente após exaurimento das franquias, a velocidade (taxa de bastante reduzida, praticamente transmissão) é inviabilizando o uso do serviço, levando à necessidade de compra de um novo pacote.

Além desse problema, muitas vezes a conexão é bastante instável, com diminuições de velocidade mesmo antes de a franquia estar esgotada. Nessas situações, o consumidor fica sem saber se sua franquia terminou ou se é apenas uma instabilidade momentânea. Assim, o consumidor, sem informação adequada, faz a contratação de um segundo pacote de dados, pagando duas vezes pelo serviço devido à total falta de transparência da operadora.

Dado esse cenário bastante negativo, o objetivo do presente projeto é assegurar ao usuário o direito de consultar, em tempo real, a velocidade de sua conexão à internet. Vale ressaltar que, com esse tipo de informação em mãos, o usuário pode comparar melhor o desempenho entre as diversas operadoras, fazendo melhores escolhas e incrementando a competição no setor.

Importante mencionar ainda que, com a pandemia de COVID-19, as pessoas tiveram a necessidade de uma conexão de internet mais eficiente, quer para se comunicar com familiares e amigos, quer para exercer atividade laboral por home-office. Nesse sentido, a informação em tempo real dará a oportunidade ao consumidor de pleitear a compensação







### CÂMARA DOS DEPUTADOS

do serviço contratado, em conformidade ao disposto no Código de Defesa do Consumidor.

Certa do benefício da incorporação desse direito à legislação brasileira, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado LEONARDO GADELHA PSC/PB



